

As rosas e a revolução, de Karina Dias: memórias da subversão

The roses and the revolution, by Karina Dias: memories of subversion

Alexandra Santos Pinheiro*

171

RESUMO: *As Rosas e a Revolução*, de autoria da jornalista Eliana Natividade, foi publicada em 2014 pela Editora ENC Comunicações, sob o pseudônimo “Karina Dias”. O romance revisita o contexto da ditadura civil-militar, recuperando o lugar dos sujeitos homoafetivos em um estado de exceção. Neste artigo, trazemos à tona a representatividade homoafetiva entre mulheres na Literatura. Assim, por meio das memórias da protagonista Vilma, revisitamos um passado sombrio da sociedade brasileira, trazendo à superfície os acontecimentos reais, como a morte de Edson Luís de Lima Souto, e, ao mesmo tempo, refletimos acerca dos relacionamentos lésbicos representados na obra. De cunho bibliográfico, para chegar aos resultados aqui apresentados, dialogamos com Márcio Seligmann-Silva (2002), Daniel Aarão Reis (2014), Adrienne Rich (2010), entre outros autores que se debruçaram sobre os temas abordados.

PALAVRAS-CHAVE: *As Rosas e a Revolução*; Estado de exceção; Homoafetividade.

ABSTRACT: *As Rosas e a Revolução* (The Roses and the Revolution), authored by journalist Eliana Natividade, was published in 2014 by Editora ENC Comunicações, under the pseudonym “Karina Dias”. The novel revisits the context of the civil-military dictatorship, restoring the place of homoaffective individuals in a State of exception. In this article, we bring up homoaffective representation among women in literature. Thus, through the memories of the protagonist Vilma, we revisit a dark past of Brazilian society, bringing real events to the surface, such as the death of Edson Luís de Lima Souto, and at the same time, we reflect on the lesbian relationships represented in the work. In order to arrive at the results presented here from a bibliographic research, we dialogued with Márcio Seligmann-Silva (2002), Daniel Aarão Reis (2014), Adrienne Rich (2010), among other authors who focused on the addressed topics.

KEYWORDS: *As Rosas e a Revolução*; State of exception; Homoaffectivity.

* Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Docente na graduação e no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados. Editora da Revista Raído, na área de Literatura, e Bolsista de Produtividade em Pesquisa - PQ2.

Considerações iniciais

A obra *As Rosas e a Revolução*, de autoria da jornalista Eliana Natividade, foi publicada em 2014 pela Editora ENC Comunicações, sob o pseudônimo “Karina Dias”. A autora, que nasceu na cidade do Rio de Janeiro, mas reside em São Paulo, é formada em Comunicação Social pela Universidade São Judas Tadeu e mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Eliana Natividade começou a publicar seus textos no *site* XanainBox (XiB)¹, atualmente desativado, mas que funcionou entre os anos de 2000 e 2009. O XiB fazia parte do GLSPlanet, *site* pertencente ao portal Terra, que agrupava diversos *blogs* relacionados ao universo homossexual. Sua predileção pela escrita começou quando ainda estava na adolescência, e, ao completar quinze anos, pediu de presente ao pai uma máquina de escrever. A partir de então, a autora afirma que começou “a andar com ela pendurada debaixo do braço. Para onde eu ia lá estava a máquina comigo. Aí eu comecei a escrever umas coisas, escrevia e guardava. Escrevia guardava” (DIAS, 2009, informação verbal)².

Mesmo com o apoio de seu pai, a autora não publicava seus textos, o que tornava sua atividade, de certa forma, solitária, pois, se restringia apenas para si, atendendo ao puro prazer da escrita. Hélène Cixous (1976, p. 876 -877), em seu ensaio “The Laugh of the Medusa”, lembra que o ato de escrita das mulheres sempre foi invisibilizado. Segundo a autora, há certo sentimento de vergonha e culpa por parte das mulheres e nisto estaria o desejo de escrever em segredo. Além destes sentimentos destacados por Cixous, a escritora Virginia Woolf, em *Um Teto Todo Seu*, também expõe a dificuldade da produção literária feminina. Uma dificuldade do ponto de vista material: “A liberdade intelectual depende

¹ O perfil de Karina Dias no *site* XanainBox, datado em abril de 2010, é possível ser acessado através do Archive.org, que é um banco de dados digital criado pela organização sem fins lucrativos: Internet Archive. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20080410072252/http://glsplanet.terra.com.br/cgi-bin/xanainbox/members.cgi?action=showprofile&login=krinadias>>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

² DIAS, Karina. [Entrevista realizada em 08 de dezembro de 2009]. Entrevistadora: Silvia Canquerini. São Paulo: All TV, 2009. Entrevista concedida ao Programa Mulheres Poderosas. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=z4dlESRfG70>>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

de coisas materiais. [...]. E as mulheres sempre foram pobres, não apenas nos últimos duzentos anos, mas desde o começo dos tempos” (WOOLF, 2019, p. 112).

Ambas as autoras, Cixous e Woolf, destacam as dificuldades encontradas pelas mulheres para produzir os seus textos, ressaltando esse silenciamento que sempre foi imposto às mulheres. Diante disso, podemos também analisar as dificuldades enfrentadas por escritoras lésbicas que sofrem um apagamento de suas vozes tanto pela condição de mulher, quanto por sua sexualidade. Somada à invisibilidade das escritoras, destacamos também a falta de representatividade de personagens lésbicas dentro da Literatura brasileira. Posto isto, Karina Dias quebra com essas barreiras ao publicar seus textos na internet. Seu ato de escrita, antes solitário, passa a ser compartilhado.

Em 2017, Dias publica seu primeiro romance, *De repente é amor*, no site XanInBox. A obra inicialmente teria apenas três capítulos, mas devido ao retorno das leitoras através do site e de e-mails, a autora decidiu prolongar a história. Com a repercussão de seus textos, ela começou a receber vários desabaços de suas leitoras, e com isso percebeu a importância de escrever sobre personagens lésbicas e sobre o cotidiano destas mulheres. A escritora buscava se afastar de uma imagem negativa da homossexualidade, o que contribuía para que as leitoras se sentissem representadas. Dias iniciou um estreito contato com as suas leitoras através desses relatos, e, a partir desta interação virtual, a autora identificou mulheres que sofriam preconceito. Seus textos, então, transformaram-se em um ato de resistência ao mostrar para essas leitoras que mulheres que amam outras mulheres também podem ser felizes, e ter uma vida normal:

as leitoras começaram a me mandar um monte de e-mails e os e-mails, eles vinham carregados de desabaço, sabe. A maioria delas não aceitava a sua sexualidade e falavam “poxa a sua personagem é tão... ela se afirma homossexual, ela não tem vergonha disso. Ela corre atrás dos objetivos dela. O problema dela não é ser homossexual. Ela tem problemas de tirar, notas baixas, qualquer coisa, mas não é necessariamente ser homossexual.” E esses e-mails me deram, a partir desses e-mails eu comecei a pensar “poxa, eu não enfrento preconceito e, talvez, eu escrevendo, escrever é a minha paixão, eu acho que eu não conseguiria viver sem escrever. Então, se eu posso,

com uma caneta e um papel na mão, de repente, apresentar para essas pessoas um mundo normal, de mulheres que amam outras mulheres, mas que sofrem, que choram, que trabalham, que riem, que fazem tudo que todo mundo faz, a única diferença delas é que na hora de dormir elas dormem com uma pessoa do mesmo sexo. (DIAS, 2009, informação verbal)³

Karina Dias, portanto, constrói uma literatura de reconhecimento. Ela própria se reconhece em seus textos e proporciona que outras mulheres também se vejam representadas em suas histórias. Diante de uma sociedade ainda muito preconceituosa e machista, a autora demarca o seu lugar na literatura brasileira e abre espaço de visibilidade às mulheres que se encontram à margem da sociedade heteronormativa. Podemos também analisar essas representações em sua obra *As Rosas e a Revolução*. O romance revisita o contexto de ditadura no Brasil, recuperando o lugar dos sujeitos homoafetivos em um estado de exceção. A obra traz à superfície os acontecimentos reais e, ao mesmo tempo, nos faz refletir acerca dos relacionamentos lésbicos representados na história.

O enredo é estruturado em três partes, facilmente identificáveis: a primeira e a terceira são as mais curtas, com narração em terceira pessoa por um narrador-observador. Já a segunda parte, em que se desenvolve a trama principal e seu clímax, é descrita por uma narradora-personagem em primeira pessoa, chamada Vilma, protagonista da história. Na primeira parte do livro, Miguel, um homem extremamente religioso e homofóbico, encontra um diário na casa para a qual havia acabado de se mudar e é a partir disto que a história se desenvolve. O diário relatava acontecimentos do período da ditadura civil-militar⁴ no Brasil, e, enquanto lê, Miguel se questiona se a autora não seria mais

³ Idem.

⁴ Optamos pela denominação ditadura civil-militar, que é defendida e utilizada pelo historiador Daniel Aarão Reis (2014). O historiador Carlos Fico (2013) também defende que o golpe de 1964 foi civil-militar, pois houve a participação de agentes civis como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Entretanto, para o autor, o que se seguiu foi um governo estritamente militar, uma vez que os próprios civis que participaram foram afastados dos possíveis postos de comando, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Assim sendo, para o período de 1964-1985, o autor prefere a designação de ditadura militar. Já Daniel Aarão Reis sugere em seus escritos que a participação de amplos setores organizados da sociedade civil possibilitou o golpe, a

uma “comunista assassina” (DIAS, 2014, p. 19). Ao perceber a ausência de algumas páginas, sua curiosidade faz com que ele busque informações acerca da antiga moradora.

A procura o leva até Anita, filha de Vilma e autora do diário. Anita lhe apresenta à mãe, que se oferece para contar-lhe sua história. Apesar de receoso devido suas convicções religiosas e políticas, Miguel acaba aceitando o convite. O início deste relato inaugura a segunda parte do livro, datada em 28 de março de 1968.

Esta segunda parte se estende por todo o período do regime militar e alguns anos seguintes. De início, Vilma se descreve como uma jovem de 17 anos, alheia ao contexto político de seu país. Sua alienação se dava, principalmente, por ela ser filha de um coronel do Exército Brasileiro, que a mantinha reclusa em casa. Influenciada por uma amiga, ela acaba indo escondida ao Restaurante Calabouço, frequentado por secundaristas e estudantes. Lá ocorre seu primeiro contato com os horrores da ditadura. Trata-se do assassinato de Edson Luís de Lima Souto, uma das muitas vítimas reais da ditadura brasileira, morto aos 18 anos por policiais militares cariocas. O episódio trágico muda a visão política da personagem: “A sensação era de que a escuridão estava apagando a luz dos nossos olhos, à medida que tirávamos nossa venda” (DIAS, 2014, p. 35). A partir desde episódio, Vilma constata que se inicia uma revolução política dentro de si. No dia do velório de Edson, ela analisa suas novas concepções sobre o cenário político brasileiro da época:

Aquele dia foi o mais revelador de toda minha vida [...] Só naquele dia pude compreender as reivindicações dos estudantes e da minoria que era oprimida pelo golpe camuflado de revolução. Os militares não queriam salvar o Brasil de uma invasão comunista, queriam o gosto doce do poder (DIAS, 2014, p. 41).

Com a descrição da morte de Edson, a autora dá visibilidade às pessoas e fatos reais ocorridos durante o regime militar. Ao longo da história, em muitos momentos, sua escrita adota uma forma didática ao fazer um resgate histórico-

implementação e manutenção da ditadura, já que houve civis que se beneficiaram das políticas repressivas do período.

cronológico dos fatos expostos a partir de diferentes pontos de vistas. Em uma entrevista concedida à rádio CBN, Karina Dias revela ter levado cinco anos para escrever o livro por causa de seu comprometimento em pesquisar a fundo o contexto histórico do período⁵. O resultado do projeto literário da autora traz como diferencial a questão da homoafetividade, tema que se buscou combater/invisibilizar durante o regime. Com o intuito de trazer à tona a representatividade homoafetiva entre mulheres na Literatura, o presente trabalho tem o objetivo de, por meio das memórias da protagonista Vilma, revisitar um passado sombrio da sociedade brasileira a partir de uma construção literária que mescla ficção e realidade. Ao mesmo tempo, interessa identificar como são representados os relacionamentos lésbicos dentro do contexto político de opressão.

Sem dúvida, a obra merece ser valorizada por este papel duplo: dá visibilidade às atrocidades da ditadura civil-militar e dá espaço às mulheres lésbicas que vivenciaram o estado de exceção. Vale destacar que a mulher lésbica, ao longo da história, foi duplamente silenciada: por ser mulher e por sua sexualidade. Fadadas a se esconderem, e a terem casamentos infelizes para que assim pudessem ser aceitas na sociedade. Dar visibilidade para estas obras significa trazer à tona estas mulheres que ainda se encontram à margem por não seguirem o padrão imposto a elas.

Eurídice Figueiredo (2020), em conversa com os estudos de Andrienne Rich, traz à tona a representação lésbica na literatura brasileira. Através de suas análises, podemos visualizar como as mulheres lésbicas têm sido retratadas na literatura nacional, e a importância que muitas dessas obras têm por, de certa forma, tirar as mulheres lésbicas desse não-lugar em que se encontram dentro do universo social e literário. Vale lembrar que uma das escritoras mais importante nesse processo de representação da mulher lésbica foi Cassandra Rios, que apesar do grande número de vendas de seus livros, foi censura pela

⁵ Entrevista disponível no site oficial da autora através do link: <<https://www.karinadias.com.br/fotos-de-eventos>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

ditadura. A autora foi a primeira escritora brasileira a explorar os amores lésbico e a sexualidade da mulher lésbica de maneira livre. Suas obras possuem importância por apresentar a lesbianidade de maneira natural, como bem ressalta Figueiredo: “a autora não trata os homossexuais como objeto do olhar, mas como sujeitos que tomam suas decisões e vivem uma vida interior comum [...] a lesbianidade não é uma patologia e suas personagens não são nem prostitutas nem depravadas” (FIGUEIREDO, 2020, p. 335).

Karina Dias, assim como o fez Cassandra Rios, também retrata a lesbianidade de forma natural, e apresenta outros fatores do cotidiano das mulheres lésbicas, que vai além da sexualidade, como bem podemos notar em *As Rosas e a Revolução*. Por meio dos relatos de Vilma, o leitor é conduzido a temas refutados durante o estado de exceção imposto pelo governo militar: a descoberta da sexualidade da protagonista; o seu amadurecimento em relação a si própria; e o apreço pela escrita jornalística e a dedicação à militância.

177

Memórias da ditadura e representações do trauma

A história de Vilma é recuperada por meio das memórias descritas em seu diário. Apesar de incompleto, o reencontro com este diário, escrito com caneta vermelha, permite à protagonista a possibilidade de revisitar suas memórias e de compartilhá-las com os outros personagens. Para a personagem Anita, a opção em escrever de vermelho não havia sido aleatória, a cor poderia significar sangue. Uma sugestão coerente com a época do regime ditatorial, e, portanto, uma menção simbólica das marcas deixada pelo regime.

Em seu primeiro contato com o diário de Vilma, Miguel representa certo negacionismo e uma visão rasa do significado das vivências dela enquanto sobrevivente do contexto repressor da ditadura civil-militar. De certa forma, este personagem estaria colocado como a representação de boa parte da população brasileira:

Era insano, estava diante de uma pessoa que nunca vira antes, de posse de um caderno antigo que podia ter sido escrito por uma comunista assassina do período da ditadura militar no Brasil [...] Ele era um professor de matemática frustrado. Quando começou no

bacharelado, seu sonho era ser historiador, mas, devido aos conflitos que a história gerava em sua cabeça conservadora e religiosa, optou por ser professor e dar aulas em uma universidade (DIAS, 2014, p. 19).

A tentativa de alguns grupos em tentar apagar as marcas da barbárie acaba por criar um imaginário coletivo que reduz os danos realmente sofridos pelas vítimas da repressão ditatorial. Márcio Seligmann-Silva, ao comentar sobre o negacionismo em seu artigo *Narrar o trauma* (2008), ressalta que: “A *resistência* quando se trata de se enfrentar o real parece estar do lado do negacionismo” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p 75). Sobreviventes das violências da ditadura acabam por assumir esse papel contra o negacionismo ao exporem seus testemunhos, e, por meio deles, é possível promover uma reparação do apagamento histórico realizado por aqueles que estavam à frente das violências cometidas no regime ditatorial: “Os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime. [...] O apagamento dos locais e marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário posterior também tende a se afirmar: não foi verdade” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p 75).

Assim como ressalta Seligmann-Silva, essa manutenção do negacionismo, que promove a indiferença em relação aos acontecimentos históricos de nosso país, contribui para o apagamento de barbáries como as cometidas durante a ditadura. Karina Dias, ao revisitar literariamente esse passado marcado por violências, possibilita uma reparação deste apagamento. Através de medidas como a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, que oficializa esse apagamento e silenciamento das vítimas, podemos nos tornar cientes da formação desse imaginário social que diminui ou nega os acontecimentos que ocorreram na ditadura. A lei ressalta que:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (BRASIL, 1979).

Consolidada a posição tomada pelo Estado, é declarado então o “perdão oficial”, obrigatório, que ignora os sofrimentos das vítimas e de suas famílias, deixando impune todos os torturadores. O reconhecimento e o julgamento pelos crimes cometidos nos porões da ditadura não podem ser realizados, deixando feridas abertas na história da sociedade brasileira e na alma das vítimas, conforme destaca Seligmann-Silva:

É evidente que a Anistia de 1979 foi uma peça fundamental nesta desmontagem do testemunho, neste cerceamento da comprovação e do tornar-se públicos os crimes cometidos dos anos 1960 em diante. O *crime perfeito* da nossa ditadura civil-militar consistiu em conseguir de fato silenciar as testemunhas – por mais que elas fossem a público –, em articular a surdez jurídica (lembramos das inúmeras interpretações forçadas da lei da Anistia, que a transformaram em uma anulação de qualquer teor criminal dos terríveis feitos durante a ditadura realizados pelos braços do poder). Por fim, aqueles criminosos conseguiram – com ajuda da mídia – convencer a sociedade de que toda busca pela memória, verdade e justiça seria apenas revanchismo. Os que tentam se tornar acusadores são imediatamente transformados em vítimas que apenas sofrem de feridas que já deveriam ter sido fechadas. Na batalha pela memória-verdade-justiça, os donos do poder – de ontem e de hoje - impõem a lei da mordaca e do silêncio (SELIGMANN-SILVA, 2010, p 16).

Para o estudioso, a “surdez jurídica” contribuiu para o silenciamento das vítimas através da Lei da Anistia. Os torturados, violados, exilados e mortos (e suas respectivas famílias) são então descredibilizados e, solitários, são obrigados a lidarem com suas dores e traumas sem o apoio do Estado. Em 2011, foi criada, por meio da Lei 12.528, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), oficialmente instalada em 16 de maio de 2012. O propósito era o de investigar crimes, como as mortes e desaparecimentos cometidos por representantes do Estado entre o ano de 1946 a 1988, principalmente os crimes ocorridos durante o período da ditadura civil-militar. O objetivo não consistia em punir e indiciar criminalmente quem tenha violado os direitos humanos nessa época, uma vez que a Comissão não possuía poder judicial. Mas, por outro lado, acreditava-se que, ao exporem os crimes à sociedade, seria possível construir um futuro sem brechas para que o estado de exceção voltasse a se instalar no país. Além disto, ao rememorar as vítimas da ditadura, também se esperava amenizar a dor dos familiares, prestar explicações à população e elaborar documentos para estudo

histórico-social. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi entregue em 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, em uma cerimônia realizada no Palácio do Planalto. Com a apresentação do relatório final, o Brasil reconheceu oficialmente as práticas ilegais e violências cometidas que resultaram em crimes contra a humanidade.

Mesmo diante destes esforços, ainda existe a tentativa de apagar esse momento violento que marcou a sociedade brasileira. O testemunho, portanto, se coloca como uma resistência a esse passado, e ajuda a ressignificar o olhar sobre a história: “A história do século XX [...] está cheia de censuras, apagamentos, ocultações, sumiços, condenações, retratações públicas e confissões de inúmeras traições, além de declarações de culpa e de vergonha” (ROSSI, 2010, p. 33). Em um fragmento de seu diário, Vilma ressalta: “Essas linhas são para que alguém, algum dia, encontre o meu testemunho de uma história que muitos vão querer apagar, esconder, distorcer” (DIAS, 2014, p. 16). Enquanto reconta a sua história, a protagonista, portanto, configura como uma porta voz da história coletiva de todos aqueles que sofreram com as repressões da ditadura: “A memória, antes de ser individual, é coletiva. No caso específico dos que sofreram sob o terrorismo de Estado, esta coletividade é a daqueles que se opuseram ao Estado de exceção” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p 12).

Ainda que ficcional, a narrativa traz à superfície esse passado traumático, eternizado na alma de todos que diretamente e indiretamente sofreram com as repressões do Estado. Diante disto, ela se coloca como uma representação das reais vítimas/testemunhas. Neste processo, nomes reais se cruzam às personagens de papel, em um exercício contínuo do lembrar. Conforme mencionado anteriormente, Edson Luís de Lima Souto, morto no dia 28 de março de 1998, é uma destas personagens reais:

O garoto tombou lentamente, a camisa tingida de vermelho. Por um momento irracional olhei as tintas espalhadas pelo chão... mas não era tinta, era sangue, o vermelho que escorria do peito do menino era sangue. Analisei-o por segundos e percebi que aquela bala que vazou o peito dele poderia ter vazado o meu, e ele era tão jovem quanto eu. Teria quantos anos? Dezesesseis... Dezesete? Gritei, e minha voz se propagou no ambiente, mas se perdeu no tumulto dos meninos e meninas e homens vestindo “armaduras”, com armas em punho,

espancando com seus cassetetes, e atirando contra nós, jovens, armados apenas com faixas e pincéis (DIAS, 2014, p. 31).

Edson torna-se, assim como outros nomes reais, visível na literatura de Karina Dias, estabelecendo a possibilidade de revisitar esse passado nebuloso. Além disso, a autora também torna visível o espaço dos relacionamentos homoafetivos nesse contexto de repressão e censura. Dias revisita esse passado de opressões, em que não se havia representatividade e espaço para dar voz as existências lésbicas.

Revolução das rosas: as subversões de Vilma

A memória histórica realizada pela narrativa de Karina Dias segue uma linha cronológica, começando com fatos ocorridos no Rio de Janeiro e, posteriormente, em São Paulo, após a mudança de Vilma. Ainda na cidade carioca, Vilma é salva por Alda de uma confusão que se formou após a invasão dos policiais militares no restaurante Calabouço. Embora fosse, naquele momento, uma completa desconhecida, Alda se mostra preocupada com a protagonista, e logo as duas se aproximam. Essa nova amizade desperta em Vilma o desejo de se juntar à militância contra o regime ditatorial, e juntamente a esse despertar revolucionário, ela se percebe apaixonada por Alda.

Como descrito por Vilma, “depois da morte de Edson Luís de Lima Souto, o país nunca mais foi o mesmo” (DIAS, 2014, p. 39). A morte do estudante leva a população para as ruas em manifestação contra as opressões impostas pelo regime: “Ele haveria de se tornar a encruzilhada de todas as raivas” (GASPARI, 2002, p. 278). Desta forma, no dia seguinte, 29 de março, milhares de pessoas compareceram ao cortejo do estudante, caminhando juntas até o Cemitério São João Batista, em Botafogo. Em protesto, os cinemas da Cinelândia passaram três filmes: “A noite dos Generais”, “À queima roupa” e “Coração de Luto”. Os manifestantes ainda colaram cartazes por toda a cidade para chamar à atenção da população: “Mataram um estudante. E se fosse seu filho?”, “Bala mata fome?” e “Os velhos no poder, os jovens no caixão”. O velório contou, ainda, com o

discurso de Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME). O acontecimento histórico, portanto, ganha o plano principal neste momento da narrativa.

Alguns dias após o velório, Vilma se encontra com Alda no “aparelho”, termo usado para chamar o apartamento onde Alda se encontrava com seus companheiros de luta. Apesar de ter consciência de seus sentimentos em relação à amiga, a protagonista se mostra relutante quanto a eles após ser beijada por Alda: “Isso é doença, todo mundo sabe! - E lá estava eu, agindo como meu pai agiria. Oprimindo a mim mesma. Era a minha autocensura” (DIAS, 2014, p. 52). Depois desta autocensura, como a própria protagonista destaca, ela logo reconhece para si mesma que estava apaixonada por Alda: “O beijo de Alda tinha despertado tudo, menos nojo, asco e repulsa [...] Eu estava apaixonada por uma mulher” (DIAS, 2014, p. 52).

Depois do ocorrido, Alda não entrou em contato com Vilma. Então, é a própria protagonista quem vai ao seu encontro ao saber que ela havia comparecido à missa de sétimo dia de Edson Luís. Na ocasião, na Igreja da Candelária, a cavalaria da Polícia Militar cercou o local sagrado e ainda feriu dezenas de pessoas que estavam prestando homenagens ao estudante. Ao encontrar Alda, Vilma demonstra sua preocupação e os sentimentos que tem por ela:

Alda tinha o braço machucado. O cílio direito sangrava. A roupa suja e rasgada denunciava que ela tinha estado sob a chuva de violência que assolou aquela missa. Ainda calada, a abracei com desmedida força. Estava agradecida por vê-la viva depois do massacre daquela manhã. Me esqueci completamente de vestir a máscara preconceituosa que banhava meus pensamentos e impedia que eu vivesse aquele sentimento que revolucionava cada pedacinho do meu corpo (DIAS, 2014, p. 54).

A invisibilidade das mulheres lésbicas é ligada à própria dificuldade de posicionamento sociocultural das mulheres. Vilma, por estar inserida em uma sociedade machista e em contexto sócio-político de repressão e conservadorismo, acaba por reproduzir o preconceito. A repulsa é um reflexo do contexto em que as mulheres lésbicas se encontravam. Ser mulher já traz

uma carga discursiva e histórica de inferiorização, logo, expor a sua sexualidade aumenta exponencialmente essa opressão. Ainda há dificuldades para a construção e afirmação da identidade lésbica, e a primeira delas implica em superar a invisibilidade promovida pela sociedade patriarcal. A existência lésbica⁶ foi, e ainda é muito negada, assim como ressalta Adrienne Rich em seu artigo “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”:

[...] a existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocado à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem (RICH, 1980, p. 36).

Essa negação e apagamento da existência lésbica, por si só, já se configura como violência, mas, principalmente, é uma forma ideológica de destruir qualquer vestígio de existência e de construção da identidade lésbica. Diante disto, resistir enquanto uma existência lésbica se torna uma tarefa muito difícil. Rich também destaca que: “A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida” (RICH, 1980, p. 36). É necessário que Vilma rompa com essas amarras para conseguir resolver o seu conflito interno, compreendendo melhor os seus próprios sentimentos. A protagonista, (in)conscientemente, se sente presa às amarras de uma sociedade de opressões, e somente quando ela assume o amor por Alda é que encontra sua liberdade, e começa a construir sua própria identidade.

Logo após as duas comparecerem à missa do sétimo dia de Edson Luís, durante a tarde, ambas vão até a casa de Vilma. Elas entram pelos fundos e conseguem ir até seu quarto sem serem notadas. Naquele dia, clandestinamente, a protagonista tem sua primeira experiência sexual com uma mulher:

⁶ O termo *existência lésbica* é colocado por Adrienne Rich em oposição ao termo *lesbianismo*, que segundo ela tem um alcance limitado e clínico. Ela descreve que: “Existência lésbica sugere tanto o fato da presença histórica de lésbicas quanto da nossa criação contínua do significado dessa mesma existência” (RICHE, 1980, p. 35).

Minhas costas tocaram o colchão, logo o corpo dela sobre o meu fez a minha face corar. Desajeitada, tentei tirar as roupas de Alda, da mesma forma como ela fazia com as minhas. Céus, eu estava partindo para a revolução sexual e a sensação era maravilhosa (DIAS, 2014, p. 61).

Vilma se liberta sexualmente e se permite amar outra mulher. Nos dias que se seguiram, a protagonista e Alda mantiveram não somente uma forte paixão uma pela outra como também pela revolução. O contexto político continuava tenso, mas as personagens, juntamente com um grupo de amigos militantes, seguiam na luta pelo fim da ditadura. No dia 21 de julho de 1968, que mais tarde ficaria conhecido como “Sexta-feira sangrenta”, houve uma nova passeata em protesto contra a repressão. Os estudantes seguiram pela avenida Rio Branco e foram fortemente confrontados pela polícia, resultando em uma grande quantidade de feridos:

Não sei quanto tempo levou para que não houvesse mais o controle entre as partes. De repente a avenida Rio Branco virou um cenário de guerra. As pessoas correram em várias direções enquanto bombas de gás cruzavam o ar. Inconsequentes, aceitamos as provocações e partimos para cima da tropa de choque que vinha feroz como leões caçando a presa. Tudo que estava no chão virou arma. Eram pedra, paus e gritos lançados para o outro lado (DIAS, 2014, p. 72).

184

Durante esse episódio sangrento, Vilma é salva por Regina, uma das participantes do grupo de militantes do qual Alda faz parte. A protagonista é levada para um hospital, onde é atendida por um amigo de seu pai. Ao voltarem para o “aparelho”, Regina se mostra ressentida por Alda estar se arriscando ao se envolver com a protagonista, demonstrando também ela ter sentimentos amorosos pela militante. A partir da conversa que se segue entre Alda e Vilma, podemos analisar melhor como Alda se sentia em relação a ser lésbica em um contexto de repressão:

- O que você tem com ela? - perguntei.
- Hoje... nada...
- Ela gosta de você - admiti com um nó na garganta.
- Ela até gosta de mim, mas... um dia vai casar, terá filhos... Todas elas agem da mesma forma - balançou a cabeça numa negativa - Não há sentido nessas cobranças todas.
- Eu não pretendo ter filhos.
Ela riu.
- Mas um dia vai se casar também, e viverá infeliz ao lado de um homem só para mostrar a essa gente que é igual a elas. Eu não! Prefiro

morrer a ter que passar por uma farsa dessas. Tô lutando tanto pela liberdade do país, não vou sucumbir a outro tipo de cabresto (DIAS, 2014, p. 74).

Vemos o desgosto de Alda ao comentar sobre a sua desesperança em ter um relacionamento “normal” com outra mulher. Realmente, não havia nesse contexto histórico um cenário que gerasse esperança para que as mulheres lésbicas pudessem viver a sua sexualidade livremente, e que construíssem uma família, se assim o quisessem. É importante ressaltar que, apenas em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a reconhecer a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar, e, somente em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 175, que garante aos casais homoafetivos o direito de se casarem no civil. A resolução proíbe que as autoridades competentes se recusem a habilitar ou celebrar casamento civil.

Ainda sobre a questão da visibilidade da causa homoafetiva, vale lembrar que em 1978, o jornal *Lampião da Esquina*, se apresentou como imprensa alternativa:

Como as feministas, os homossexuais aproveitaram o mesmo “espaço de oportunidade” no intuito de lançar as fundações para a construção de um movimento gay. Em 1978, um pequeno grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo fundou o *Lampião da Esquina*, um tabloide mensal de ampla circulação dirigido ao público gay. Muitos meses depois, um grupo de homens em São Paulo formou o *Somos*, a primeira organização pelos direitos gays do país (GREEN, 2000, p. 395).

Somente após um ano da criação deste jornal voltado para o movimento gay, e com a formação do grupo “Somos”, as mulheres lésbicas tiveram uma edição dedicada a elas. A edição de número 12, com o título *Amor entre mulheres (elas dizem onde, quando, como e porquê)*, tem cinco páginas focadas em discutir abertamente as pautas de mulheres lésbicas, como: sexualidade, sexo, repressão e lesbofobia. Foi a primeira vez, segundo a própria matéria, que a lesbianidade foi discutida fora das manchetes estereotipadas e superficiais. Já no início da matéria, ao justificarem o atraso da mesma, ressaltam:

Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n'alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. [...] A repressão perpassa todas as esferas do nosso existir. O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. Quer ver mais? Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. (*Jornal Lampião da Esquina*, 1970, p. 7).

É nesse contexto de repressão e falta de representatividade que Alda e Vilma, assim como outras mulheres lésbicas, precisavam lutar para existir e para livremente serem quem são. Além da repressão política, elas ainda lidavam com as repressões de gênero e sexual. As duas seguiram na luta contra a opressão, mas pouco tempo depois Alda é morta por polícias em uma invasão ao “aparelho”: [...] Eles acertaram o braço dela. Alda tentou fugir, se abrigar, mas vieram outros e outros tiros... Ela morreu, Vilma” (DIAS, 2014, p. 87). Vilma fica desolada, se sente triste e inconformada pela forma como a mulher que amava é morta: “Não fui ao enterro de Alda; na verdade, o corpo dela nunca apareceu. Vando disse que os policiais jogaram-na baleada no caminhão. O corpo sem vida fora arremessado como um objeto obsoleto, quebrado” (DIAS, 2014, p. 88). A perda de sua amada ocorreu no mesmo dia da morte de sua mãe. Solitária, Vilma precisou lidar com a dor da ausência das mulheres que amava e com a crueldade de seu pai:

Então quer dizer que a minha própria filha... me apunhala pelas costas - disse ousando de uma calma que não fazia parte da roupagem severa de coronel. - Você está metida com esse povo? - perguntou com desprezo enquanto erguia com a mão esquerda, sem trocadilho, o livro de Marx que encontrara em minha bolsa (DIAS, 2014, p. 89).

Vilma acaba se isolando em seu quarto, submersa em sua dor, ela se mantém reclusa durante um tempo. Um dia, ao tentar fugir, é impedida pelo coronel, que então a obriga a ir morar com sua avó e seu tio em São Paulo. A protagonista não demora para se acostumar com a sua nova realidade, e acaba conhecendo um novo amor, Hanna. Essa paixão se torna mais um romance

clandestino, pois Hanna é casada com o jornalista Olavo, amigo de seu tio Armando. Apesar de essa situação configurar um relacionamento impossível, a atração entre as duas é intensa:

[...] Meu tio fez um gesto agradecendo e desapareceu dentro da casa sem se importar com nós duas ali, paradas, uma de frente para a outra em uma atmosfera tão sedutora e inusitada, sem saber o que dizer e onde pôr as mãos, próximas ao portão ao lado das rosas.
- Queixo-me às rosas, mas que bobagem, as rosas não falam, simplesmente as rosas exalam o perfume que roubam de ti - inexplicavelmente foi o que eu disse para quebrar o silêncio constrangedor que nos envolvia desde que nos conhecemos.
- O quê? - perguntou descrente.
- É uma música... do Cartola - justifiquei com a face rubra. [...] Quando vi seu jardim, lembrei da música (DIAS, 2014, p. 112).

Aqui está mencionada, como em outros momentos da história, a flor rosa, também citada no título da obra. Por compor o jardim da casa de Hanna, as rosas se tornam algo marcante e simbólico dentro da narrativa, mas, além disso, podemos pensar no simbolismo que ela representava em um contexto de ditadura, já que a rosa vermelha é associada ao socialismo. Ademais, em geral, a rosa tornou-se símbolo do amor, e perante isto, podemos também pensar nela enquanto uma representação do amor de Vilma e Hanna, e no cultivo desse sentimento durante o desenvolvimento do relacionamento das duas.

Depois que Vilma descobriu que seu tio e Olavo, juntamente com outros amigos, estavam envolvidos na luta contra a ditadura, ela revela também ser uma militante, e é convidada por Olavo para escrever panfletos informativos sobre as opressões do regime. Com isso, as visitas à casa de Hanna se tornam mais frequentes, e a atração entre elas é cada vez mais evidente. A protagonista, em alguns momentos, acaba demonstrando seus sentimentos, entretanto, a esposa do jornalista se mostra relutante e com preconceitos contra seus próprios sentimentos:

- Sou uma mulher casada, não pode me dizer um absurdo desses. - sua indignação cheirava a hipocrisia. Não me despertava raiva, nem mesmo indignação, e, sim, pena, porque naquele instante eu era mais livre do que ela. Eu não negava a mim, aos meus desejos. Não havia nada que me fizesse esconder meu amor. Mas ela... era casada e jamais daria nome a seus sentimentos (DIAS, 2014, p. 143).

Assim como Vilma, Hanna tem dificuldades de lidar com seus sentimentos e com os preconceitos enraizados que carrega consigo. Por estar casada, o peso da culpa se torna maior, pois ela estaria rompendo com o que é considerado “normal”, a ideia de um casamento perfeito e heteronormativo. Mas, ao final, rende-se a eles: “Meu Deus! Eu não sei o que sinto por você. Mas sei que jamais senti algo parecido por outra pessoa - confessou e abaixou a cabeça em meu peito” (DIAS, 2014, p. 164). Após a redenção das duas a este amor, elas passam por dificuldades para conseguir mantê-lo, pois além dos contratempos relacionados à militância de Vilma e os demais, elas ainda tinham que viver um relacionamento clandestino, à margem:

Você é a maior alegria que eu já tive na vida. Não quero correr o risco de perdê-la [...] Quero que entenda que não posso te prometer nada [...] Por mais que me queime a alma todo esse sentimento que você desperta em mim, jamais poderei esquecer que sou uma mulher casada e também que... essa nossa conduta viola a lei natural das coisas (DIAS, 2014, p. 179).

188

Hanna, mesmo ciente de seus sentimentos e sabendo do quanto se sente feliz ao lado de Vilma, não consegue quebrar com os conceitos heteronormativos enraizados nela e na sociedade que vive. Mesmo com as tentativas de continuarem com esse amor clandestino, ambas se sentem culpadas: “Me aproximei, com carinho, tentei acariciar sua face, mas Hanna se esquivou do meu contato. Era sempre assim, nos amávamos, mas bastava o marido dela chegar para que a culpa nos afastasse. Só sobrava o remorso” (DIAS, 2014, p. 185). Elas tentam manter esse relacionamento, mas as tentativas acabam se tornando uma tarefa muito difícil, por se sentirem cada vez mais à margem das relações estabelecidas como corretas pela sociedade. Ao serem “descobertas” por Solange, uma das militantes que frequentava as reuniões na casa de Olavo, elas se deparam com a homofobia:

[...] Com raiva, encarei Solange. - Não é tão simples assim. Você não sabe o que está nos pedindo. Se alguém impusesse que você se afastasse do Ed, como se sentiria?
- Eu e o Ed somos livres, e também, somos um homem e uma mulher” (DIAS, 2014, p. 203).

Mesmo Solange sendo uma militante, comprometida com a luta contra as opressões da ditadura, ela não reconhece as opressões impostas a Vilma e a Hanna por estarem em um relacionamento homoafetivo. Solange mantém, portanto, seus ideais moldados por uma sociedade patriarcal e heteronormativa em meio a uma ditadura, que naturaliza as relações heteronormativas e demoniza todas as relações que não representem o padrão estabelecido. Seu discurso heteronormativo, portanto, encontrava respaldos no governo de opressões que ela buscava combater.

Elas continuam se encontrando, mas as incertezas aumentam, e fica cada vez mais difícil manter esse amor: “Na verdade, sua promessa de se afastar de mim foi algo bom [...] - Eu e Olavo estamos bem [...] Depois que você parou de me procurar, minha vida matrimonial melhorou. Tenho sido uma boa esposa para ele” (DIAS, 2014, p. 240). Após ouvir essas duras palavras de Hanna, Vilma é presa por policiais militares enquanto voltava para a sua casa. Por ela estar correndo, eles deduziram que ela estava envolvida com o assalto ao banco, ocorrido próximo do local em que estavam. Nos porões do DOPS, a protagonista é torturada e só é liberta devido à influência de seu pai coronel: “Seu pai foi um tipo de ‘mentor de tortura’ de um dos seus algozes” (DIAS, 2014, p. 255). Em meio às incertezas que pairam sobre o casal, Vilma ainda precisaria lidar com a notícia de que Olavo seria exilado, e que Hanna iria com ele:

- E o que faremos com o nosso amor? - ergui o rosto dela. A fiz encarar os meus olhos. - O quê?
- Nós sempre soubemos que... um dia iria acabar - disse com tristeza e crueldade.
- Não precisa acabar - sussurrei entre lágrimas e desprezo. - Podemos ficar juntas. Livres. Deixe-o ir sozinho. Ele... não pode te obrigar!
- As coisas não são tão simples assim, Vilma... Ele é o meu marido.
- Você não o ama! [...] Se o amasse, não se deitaria comigo na cama dele - gritei e, ela, ofendida, esbofeteou a minha face. Recolheu a mão como se tivesse queimado no fogo e me olhou com tristeza. Não sei como os meus olhos a olhavam. Acho que a odiei naquele momento e não foi pelo tapa, mas pela covardia. Hanna jamais o deixaria. Devagar e sem palavras, me afastei de onde ela estava (DIAS, 2014, p. 280-281).

Hanna não consegue assumir a sua identidade lésbica, e se rende a um casamento infeliz para viver nos moldes do relacionamento “ideal” preconizado

pela sociedade. Na ausência de sua amada, Vilma vive dias de agonia: “Doía demais a ausência dela. [...] Sem rumo, Sem vontade de viver. Sem esperanças de dias melhores. Eu era apenas um fiapo humano perambulando pelas ruas de São Paulo” (DIAS, 2014, p. 283). A protagonista pede ao tio para que não mencione nenhuma notícia sobre o casal de exilados, e após as longas semanas submersas em tristeza, ela decide ir ao bar de lésbicas, que sua amiga da faculdade, Alice, havia comentado. Na companhia de Alice, Vilma passa a frequentar assiduamente o ambiente:

Conheci algumas garotas [...] Tive alguns casos rápidos com duas ou três. Nada sério. Na verdade, não queria me envolver novamente, mesmo porque, naquele bar, eu já tinha conversado com quatro garotas que estavam comprometidas com homens. Uma era casada, as outras três eram noivas, duas com casamento marcado (DIAS, 2014, p. 285).

Nesse momento, temos contato com outras configurações de relacionamentos lésbicos, e de mais uma representação das relações homoafetivas entre mulheres sendo construídas à margem. De forma clandestina, estas mulheres precisavam se encontrar em bares para que assim pudessem ter algum tipo de liberdade. Com medo de represálias e de serem expostas, viviam seus amores à margem da sociedade. Entretanto, mesmo nesses bares em que encontravam certa segurança e possibilidade de liberdade, elas poderiam sofrer ações repressivas, como ressaltado no *Texto 7* do segundo volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade:

As lésbicas também foram alvos das ações repressivas do Estado e de estabelecimentos comerciais, mas há ainda menos registros dessas histórias particulares. O jornal *Lampião da Esquina* chegou a publicar informações sobre as operações do delegado Richetti nos bares Ferros, Bixiguinha e Cachação. A chamada Operação Sapatão, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos. Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento: “você é sapatão”. As lésbicas detidas denunciaram ao jornal que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 309).

Marisa Fernandes, que integrou a Facção Lésbico-Feminista, também traz à tona as violências policiais sofridas pelas mulheres lésbicas no regime

militar, e as iniciativas do grupo Ação Lésbica Feminista em denunciar essas violências:

Em relação ao aprisionamento de lésbicas, as integrantes dos grupos Ação Lésbica Feminista, Terra Maria e Eros distribuíram, nos locais de frequência lésbica, um panfleto que denunciava que na 4ª Delegacia policiais recebiam dinheiro para libertarem as pessoas, sendo que as que não possuíssem, lá permaneciam. O panfleto repudiava ainda as ações violentas da polícia que ficariam impunes, mais uma vez, no que dizia respeito à apuração pelas autoridades e, por fim, conclamava a população a se solidarizar com as atividades (FERNANDES, 2018, p. 136)

As mulheres lésbicas se viam obrigadas a ter a sua sexualidade oprimida, vivendo de forma clandestina nesses bares, e ainda, sofrendo com as repressões violentas da polícia. Fernandes ressalta essas violências e as atitudes tomadas pelo grupo Ação Lésbica Feminista, mas também destaca que estas ações violentas acabavam ficando impunes, o que criava um ambiente de maior insegurança para as mulheres lésbicas. Além de viverem sua identidade lésbica de forma clandestina, muitas eram obrigadas a estarem em relacionamento heteronormativos, como descreve a protagonista. Ao não querer essa realidade pra si, Vilma transgredia a ordem. Ela acaba então conhecendo Giovanna, com quem tem um relacionamento estável, apesar de não ser “assumido” à avó e ao tio. Giovanna frequenta normalmente a sua casa e as duas mantêm a relação por um tempo, até que, em 1979, revogada a Lei da Anistia, Hanna e Olavo voltam do exílio, e o reencontro das duas reacende o amor até então adormecido: “Era tão confortável estar nos braços dela. Havia me esquecido do quão bom era sentir as mãos delicadas de Hanna passearem em meu rosto” (DIAS, 2014, p. 295).

Vilma volta a frequentar a casa de Hanna e com isso se afasta de Giovanna. Com as frequentes visitas à casa, a protagonista acaba se aproximando também da filha de sua amada: “Anita era uma criança adorável [...] Hanna e Anita eram as mulheres da minha vida. Eu tinha certeza de que amaria por toda a minha vida aquela pequena, como se fosse minha filha” (DIAS, 2014, p. 307-308). Ambas permaneciam na clandestinidade, angustiadas pela forma em que continuavam a ter que se encontrar. Ao final, Olavo as encontra

juntas em sua casa, e então revela já ter conhecimento sobre o relacionamento das duas. Ele reconhece o amor entre elas, que se manteve mesmo com a distância e o passar dos anos, e decide se mudar. Sem a presença de Olavo, Vilma decide morar com Hanna.

Em 1982, elas recebem a notícia do falecimento de Olavo, que vivia no Chile. Os anos se passam, e, em 1988, Vilma volta ao Rio de Janeiro para visitar o pai e sua antiga amiga Maristella. O encontro não é nada agradável, e a protagonista mais uma vez lida com a homofobia através de Tella: “Ela não cumprimentou minha mulher, nem minha filha. Seu olhar pulou de mim para elas com certo desprezo” (DIAS, 2014, p. 325). O encontro com o pai é ainda mais desagradável. O coronel despreza a visita de Vilma, e diz a ela não ter se arrependido de suas atitudes durante a ditadura. Em meio as suas falas carregadas de raiva, ele confessa que, na verdade, ela era filha de seu tio Armando, irmão do coronel, com quem sua mãe também havia se relacionado antes de se casar com ele. Vilma então se mostra muito honrada por saber que é filha de Armando, revela que sempre o viu como pai, pois ele soube apoiá-la e amá-la como filha.

De volta a São Paulo, os anos se seguem. Vilma continua feliz ao lado de sua família, e o relato sobre seu passado acaba com ela observando sua jovem filha e desejando que as novas gerações dessem continuidade ao que os jovens de 1968 tanto almejavam. Retornando ao presente, em 28 de março de 2008, a narrativa continua na terceira e última parte do livro. Devido as constantes visitas à casa da protagonista, Miguel acaba se aproximando de Anita, com quem passa a ter um relacionamento amoroso. Por ele se sentir comovido com a história de Vilma, começa a repensar seu relacionamento com o irmão, e eles se reconciliam. Tempo depois, ao retornar para sua casa, Anita encontra Vilma morta em sua cama. A protagonista deixa uma carta para sua filha, declarando seu amor por ela e por sua esposa: “[...] de tudo o que vi na vida, nada foi mais bonito e doce do que você e sua mãe. As duas foram as joias mais preciosas que cruzaram o meu caminho” (DIAS, 2014, p. 347).

Considerações finais

Nas últimas décadas, houve alguns avanços em relação aos direitos das mulheres, entretanto, as barreiras do preconceito retardam os progressos que poderiam acontecer em relação à condição das mulheres assumidamente lésbicas. A falta de representatividade contribui para que essas mulheres tenham as suas vozes silenciadas e suas vivências sejam apagadas. Portanto, analisar produções artísticas com temáticas lésbicas é dar visibilidade a estes sujeitos que vivem à margem da sociedade patriarcal e heteronormativa. A carência de referências negligencia, silencia e exclui ao não trazer à superfície as pluralidades que nos compõe enquanto sociedade. Assim como destaca Denilson Lopes (2002, p. 126 apud LEAL, 2016, p. 256-257), ao abordar a homotextualidade na literatura brasileira: “é necessário ainda reconhecer a singularidade da exclusão lésbica, pouco visível inclusive neste ensaio, ainda maior que a dos homens gays, tanto na produção literária quanto na crítica”. A invisibilidade literária da homossexualidade feminina também pode ser vista como um reflexo do que acontece em outros discursos e práticas sociais, como bem pudemos ver até aqui.

Diante desta perceptível falta de visibilidade de obras que abordem a temática lésbica, torna-se eminente a necessidade de destacar estas produções. Karina Dias retrata uma personagem que questiona o sistema em que está inserida. Vilma subverte as repressões de um contexto de ditadura e se permite amar e ser amada. Liberta-se das amarras da opressão e constrói sua própria identidade. Ela resiste à ordem imposta e permite que os leitores reconheçam o processo de amadurecimento da protagonista. De uma jovem de 17 anos, inocente, conformada e passiva, passamos a ver uma mulher que se desperta, apesar das opressões políticas e sexuais. Vilma traça sua própria trajetória e escolhe não regredir, decide não se limitar para caber nos moldes que seu “pai” e a sociedade impunham a ela.

Perante a obra analisada, pode-se perceber a importância da escrita literária como um meio de representação destas existências lésbicas. Karina

Dias revisita o passado e traz à superfície conflitos que pairavam sobre a sociedade. Por meio de sua personagem, ela trata de questões importantes e necessárias, expondo Vilma como uma mulher que se questiona e questiona as regras a sua volta. Apesar de pertencer a uma sociedade de opressões, ela constrói sua identidade política e sexual em oposição ao que esperavam dela, rompendo com os padrões impostos e subvertendo o meio que a reprime e a classifica.

Vilma é a representação de muitas mulheres lésbicas que eram, e ainda são, oprimidas e sofrem com a influência do patriarcado e de uma sociedade heteronormativa. Publicar *As Rosas e a Revolução* também é transgredir e resistir a essas opressões. Dias, através de sua escrita, traz à tona um olhar crítico para um passado marcado por violências e dá visibilidade as vivências lésbicas ainda silenciadas, e que existem à margem da nossa sociedade. A Literatura tem a capacidade de fazer com que as pessoas pensem, questionem, e vejam as mais diferentes possibilidades de ser e de existir. A obra *As Rosas e a Revolução* recupera uma memória histórica, inserindo ali sujeitos apagados, a exemplo das mulheres homoafetivas. E, ao tornar visível, nos obriga a reconhecer a que as relações afetivas sempre foram marcadas pela pluralidade.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. *A Ditadura Que Mudou o Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 28 ago. 1979. Col. 2, p. 12265. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

CIXOUS, Hélène. The Laugh of the Medusa. Tradução de Keith Cohen e Paula Cohen. *Signs*. v. 1, n. 4 (Summer, 1976), p. 875-893. Disponível em: <<http://c308femmes.files.wordpress.com/2009/04/cixous-the-laugh-of-the-medusa.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório: Volume II - Textos temáticos. 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%20%20-%20Texto%207.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

DIAS, Karina. *As Rosas e a Revolução*. São Paulo: Edição do autor, 2014.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs). *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/263/26304703.pdf>>. Acesso em: 09 de julho de 2021.

_____. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho de 2013]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez., p. 464-483, 2013. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013464/2853>>. Acesso em: 09 de julho de 2021.

FIGUEIREDO, Eurídice. O *continuum* lésbico. In: _____. *Por uma crítica feminista*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GREEN, James N. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: Lampião, ed. 12, ano 1, n. 12, mai. 1979. Disponível em: <<https://www.ibdsex.org.br/collection/lampiao-da-esquina-edicao-12/>>. Acesso em: 05 de março de 2021.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. Academia, criação literária e temática lésbica: a produção de Lúcia Facco. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 47, Brasília, jan.-jun. 2016, p. 253-267.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

PORTECLIS, Marina. *Sob a Sombra da Figueira*. 1 ed. São Paulo: Editora PEL, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>>. Acesso em: 24 de abril de 2021.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e Trauma. *Pro-Posições*. Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 135-153, set./dez. 2002. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2165/39-dossie-silvams.pdf>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

_____. Narrar o Trauma - A Questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v. 20, n.1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

_____. O Local do Testemunho. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894/1532>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

_____. Reflexões Sobre a Memória, a História e o Esquecimento. In: _____. (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.